



MERCADO DE TRABALHO

A economia digital e a negociação coletiva

Centro de Relações Laborais promoveu seminário em Lisboa com a participação ativa da AIMMAP

N uma altura em que se assiste a alterações significativas nas empresas e no mundo laboral, fruto das transformações tecnológicas, o Centro de Relações Laborais promoveu um seminário para analisar com os parceiros sociais os efeitos da economia digital na negociação coletiva.

O seminário que ocorreu no Auditório do CITEFORMA, no passado dia 25 de setembro, tinha como objetivo juntar os parceiros sociais nacionais para facilitar a análise dos desafios que o país e a Europa enfrentam, num cenário laboral em constante mutação.

Nas palavras do Presidente do CRL, Gregório Rocha Novo, a participação ativa dos parceiros sociais na preparação de propostas que vão ao encontro de um equilíbrio entre os objetivos das empresas e a adaptação às novas realidades por parte dos trabalhadores, é fundamental para que todos os intervenientes sejam bem-sucedidos.

O seminário dividiu-se em dois painéis de discussão, sendo que no primeiro procurou-se ter uma perspetiva europeia e internacional sobre o tema, com as intervenções de Gonçalo Lobo Xavier (AIMMAP e CESE), Thiébaud Weber (Secretário-Geral da Confederação Europeia de Sindicatos – ETUC) e Maria Helena André (Diretora da ACTRAV – Organização Internacional do Trabalho – OIT), superiormente moderados por Gregório Rocha Novo.

Este grupo de intervenientes centrou as suas preocupações nas enormes alterações inevitáveis decorrentes do progresso tecnológico e na necessidade de diálogo constante quer a nível local (Estados-Membros) quer a nível europeu. Apesar de te-

A possibilidade de muitos empregos desaparecerem é uma realidade que não pode ser igualmente dissociada da inevitabilidade de muitos outros novos trabalhos virem a ser criados. O desequilíbrio entre a destruição e a criação de emprego é que deve centrar as preocupações dos parceiros sociais mais é também uma inevitabilidade que não pode ser ignorada

rem origens diferentes no que diz respeito à sua intervenção na economia e na sociedade, os três oradores destacaram as oportunidades decorrentes da digitalização da economia e das alterações nos padrões de consumo e de produção inerentes ao progresso. Gonçalo Lobo Xavier destacou mesmo o facto de a possibilidade da “robotização” de certas áreas da produção ter um impacto positivo na mudança de alguns trabalhadores para áreas de trabalho menos repetitivas e do ponto de vista de esforço físico, mais suaves, facilitando assim a vida de alguns trabalhadores e libertando-os para outras tarefas igualmente importantes no seio da empresa.

Foi também destacado que novas formas de trabalho vão obrigar também a novos enquadramentos legais e regulatórios de que o “crowdworking” é um bom exemplo. A utilização de plataformas digitais avançadas para a procura e oferta de emprego é um dado completamente inovador no panorama laboral e o mundo ainda está em fase de adaptação a estas novas realidades.

Todos os oradores foram unânimes ao referir a necessidade de os parceiros sociais trabalharem em conjun-

to para trazerem soluções e medidas que protejam o trabalho digno e que minimizem o impacto na sustentabilidade do emprego. E não deixaram de referir sem receios que a possibilidade de muitos empregos desaparecerem é uma realidade que não pode ser igualmente dissociada da inevitabilidade de muitos outros novos trabalhos virem a ser criados. O desequilíbrio entre a destruição e a criação de emprego é que deve centrar as preocupações dos parceiros sociais mas é também uma inevitabilidade que não pode ser ignorada.

O segundo painel da tarde de trabalho teve como mote a apresentação de experiências já concretizadas ou delineadas face à digitalização.

Num painel moderado por Rosário Palma Ramalho (Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e membro da Comissão Científica do CRL) ouviram-se os testemunhos das confederações sindicais, Rui Riso (Presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas-UGT) e Rogério Silva (Coordenador da FIEQUIMETAL - CGTP).

Com experiências diferentes, tendo em conta o próprio enquadramento das áreas em que atuam, os dois re-

presentantes sindicais acordaram na necessidade de haver um trabalho sério e conjunto que permita fazer face às alterações que se vivem já nas empresas e nas instituições.

Curiosamente, o mesmo foi referido nas intervenções e testemunhos das duas empresas presentes. De facto, quer Pedro Henriques, Diretor de Recursos Humanos da SIEMENS Portugal, quer Fátima Portulez, da Comissão Executiva do Grupo TRIVALOR, para além de darem testemunho da transformação digital em curso nas suas empresas, realçaram a necessidade de trabalhar em conjunto com os representantes dos trabalhadores no sentido de acelerar os processos de adaptação às novas realidades.

Para além de estar representada num dos painéis, a AIMMAP fez ainda uma intervenção através de Rafael Campos Pereira que esteve acompanhado por Mafalda Gramaxo e pelas duas juristas da Associação, Susana Palma Pereira e Margarida Sampaio.

O animado debate que se seguiu à sessão onde estiveram cerca de 100 pessoas foi encerrado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, que não só saudou a iniciativa do Centro de Relações Laborais como expressou algumas reflexões sobre as mudanças de paradigma que a digitalização impõe no mundo do trabalho.

Criado em agosto de 2012, o Centro de Relações Laborais (CRL) é uma instância colegial de composição tripartida com funções técnicas, dotado de autonomia administrativa e personalidade jurídica, que funciona na dependência do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.